

Áreas marinhas protegidas contribuem para a manutenção da abundância de peixes

Edison Barbieri

Pesquisador científico do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento do Litoral Sul, do Centro do Pescado Marinho do Instituto de Pesca, da APTA (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

setembro 2012

Quase 12% das terras do planeta são protegidas, em contraste com menos de 1% do oceano. E menos de 1% das áreas marinhas protegidas são verdadeiras reservas, onde a pesca é proibida.

Em 1996, quando o Parque Nacional Laughing Bird Caye foi criado, pescadores de Belize manifestaram-se contra a criação desta área protegida, em cujas águas era proibido pescar. Entretanto, agora se beneficiam da abundância de peixes e do auge do turismo que essa unidade de conservação provocou. Os múltiplos benefícios de declarar áreas marinhas protegidas são destacados em uma série de estudos realizados por especialistas, apresentados pela organização *International Conservation* (IC).

Os oceanos estão em crise, entretanto, quase ninguém consegue perceber essa realidade e, por isso, o público em geral não tem noção do está ocorrendo. Assim, a idéia de se criarem áreas marinhas protegidas constitui uma solução que pode reduzir de modo significativo a degradação oceânica, ao mesmo tempo que beneficia as comunidades locais quando a gestão é bem feita.

Vários estudos têm indicado que um terço de todas as espécies de tubarões, arraias e corais corre o risco de extinção. Entretanto, pouca gente tem conhecimento disso, e o pior é que, à medida que as espécies desaparecem, ecossistemas inteiros também sofrem alterações. Apenas uma fração de 1% dos oceanos está efetivamente protegida, embora haja o consenso científico sobre a necessidade de proteger pelo menos 20% dos mares.

Num grande esforço para demonstrar que proteger partes dos oceanos tem também sentido social, econômico, além de ecológico, pesquisadores da Conservação Internacional analisaram estudos de 23 países, principalmente os pobres. A conclusão foi unânime: em áreas marinhas protegidas, a população de peixes aumenta e, conseqüentemente, a produção pesqueira, permitindo, assim, a melhoria dos meios

de sustento dos pescadores. As áreas marinhas protegidas são definidas como zonas oceânicas de múltiplos usos em torno de áreas menores, entre elas, áreas onde são proibidas a pesca e a prática de determinadas atividades, assim como outras áreas dedicadas a usos específicos, como o ecoturismo, a pesca comercial e a recreação.



Ilha de Castilhos: faz parte da estação ecológica Tupiniquins, em cujo entorno a pesca é proibida.

Foto: Edison Barbieri

Quando protegidos, os ecossistemas de arrecifes de corais e mangues proporcionam berçário às comunidades de peixes e crustáceos, os quais encontram alimento e proteção para chegar à idade adulta. Entretanto, cada vez que se sugere alguma restrição à pesca, constata-se uma certa hostilidade e resistência, parte em virtude da errônea crença de que a prodigalidade dos mares é infinita e que essas restrições permitirão que alguém fique com os peixes.

A falta de entendimento e, muitas vezes, as posturas demagógicas de autoridades levaram à situação atual, na qual a pesca em excesso está reduzindo a fauna dos oceanos e destruindo ecossistemas marinhos, ou seja, matando a galinha dos ovos de ouro. Segundo o *Journal of Bioeconomics* (2011), com

base em uma nova série de estudos econômicos recopilados nos últimos três anos, o adequado manejo das reservas pesqueiras poderia ter impedido a desnutrição de quase 20 milhões de pessoas em países pobres e gerado até US\$ 36 bilhões a mais com produtos comercializados. Estas estimativas indicam que a sobrepesca causa uma espiral de morte, na qual há menos peixes, menos pescadores e mais fome.

Para oferecer uma nova perspectiva, o economista Rashid Sumaila, do Centro de Pesca da Universidade de Colúmbia Britânica, no Canadá, e seus colegas decidiram investigar qual poderia ser o máximo rendimento dos oceanos, se um manejo sustentável fosse praticado em seus recursos pesqueiros. Os pesquisadores analisaram as capturas mundiais no ano 2010 e calcularam que, sem sobrepesca, 20 milhões de pessoas desnutridas poderiam ter ingerido as proteínas vitais que necessitavam. Determinaram também que os peixes capturados em mar aberto proporcionam entre US\$ 225 bilhões e US\$ 240 bilhões anuais à economia mundial.



O turismo de observação de baleias e a pesca esportiva contribuem anualmente com US\$ 47 bilhões para as economias nacionais.

Foto: Edison Barbieri

O uso que os mergulhadores, os observadores de baleias, assim como os que se dedicam à pesca esportiva fazem dos ecossistemas oceânicos contribui anualmente com US\$ 47 bilhões para as economias nacionais em todo o mundo, gerando aproximadamente 1,1 bilhão de postos de trabalho. Estas atividades, cujo impacto é relativamente baixo, são as de mais rápido crescimento. Por exemplo, o turismo dedicado ao avistamento de baleias aumentou 10% ao ano nos últimos anos.

Segundo a FAO, os governos pagam, a cada ano, US\$ 27 bilhões em subsídios à pesca, indo a maior parte – US\$ 16 bilhões – diretamente para a sobrepesca. Estes subsídios são ruins para os que vivem da pesca e, conseqüentemente, para a economia, para a segurança alimentar e para o negócio da pesca no longo prazo. Entretanto, isso significa que no sistema há dinheiro que poderia ser destinado ao manejo das reservas pesqueiras de modo sustentável. Manter os bancos de pesca saudáveis é bom para a economia, mas a pesca excessiva é simplesmente um péssimo negócio.



Baleia Jubarte observada em Abrolhos (sul da Bahia)

Foto: Edison Barbieri

Segundo pesquisadores da Conservação Internacional, muitos estudos sobre o manejo de áreas costeiras têm demonstrado que as comunidades locais são as mais beneficiadas por uma gestão adequada de seus recursos marinhos costeiros. Estes estudos se concentraram em Belize, Brasil, Fiji, Panamá e Equador. Outra constatação das pesquisas é que as áreas marinhas protegidas podem contribuir para a recuperação da pesca esgotada e dos ecossistemas degradados.

Os corais das ilhas Phoenix e Line, no Oceano Pacífico, sofreram o grave problema do branqueamento entre 1997 e 1998. Os cientistas descobriram que as ilhas melhor protegidas criaram um entorno que permitiu que os arrecifes se regenerassem rapidamente. Assim, a mensagem para as comunidades de pescadores costeiros é: **“Se querem ter acesso a esses recursos amanhã, têm de cuidar deles hoje.”**

Agradecimentos a Márcia Navarro Cipólli, pela revisão do texto.